

Sindireceita quer mudança na carreira em projeto

Categoria prevê encontro nesta semana para tentar negociação

Por Gabriela Gallo

Após um encontro classificado como “frustrante”, nesta semana há a expectativa para uma nova mesa de negociações entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) e o Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita) para chegarem a um acordo e encerrar a greve da categoria. Porém, ainda não foi definida uma pauta para o encontro.

Além dos representantes dos sindicatos na reunião da última quarta-feira (14), também estavam presentes o secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, e o subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal, Auditor-Fiscal Juliano Brito da Justa Neves.

A categoria está em greve há mais de 170 dias e reivindica reestruturação de carreira e reajuste salarial para os servidores públicos da Receita Federal. A principal exigência, segundo o Sindireceita, é um reajuste salarial de 9% a partir de junho deste ano e mais 9,2% a partir de abril de 2026.

Reestruturação

Em entrevista ao Correio da Manhã, o presidente do Sindireceita, Thales Freitas, destacou que, apesar de o ministério ainda não ter confirmado uma data para a nova rodada de negociações, ela deve ocorrer nesta semana, em decorrência do Projeto de Lei 1466/2025, que está previsto para ser discutido na Câmara



Instagram/Sindireceita

Sindicato espera solução para esta semana

dos Deputados em regime de urgência nesta terça-feira (20). Oriundo do poder Executivo, o PL 1466 trata do reajuste e reestruturação de carreira de diversas categorias do serviço público, mas não inclui os servidores da Receita Federal.

O texto primeiro foi encaminhado como a Medida Provisória (MP) 1286/2024 e, posteriormente, foi convertido no projeto de lei 1466/2025. “O governo sinaliza o seguinte: como alguns reajustes de outras categorias – objeto do projeto de lei e da medida provisória – já estão efetivados, o projeto de lei tem que ser votado no máximo no prazo da medida provisória de vigência”, explicou Thales para a reportagem. Portanto, o prazo final para definir essas alterações termina em 2 de junho.

“É imprescindível, a nosso ver, que qualquer acordo que eventualmente venha a ser firmado, ele seja objeto de uma emenda ao Projeto de Lei

1466/2025. Então, para que isso seja possível, considerando que nós teremos duas semanas, a próxima semana e a seguinte, até o prazo de vigência da medida provisória, é imprescindível que a reunião seja na próxima [nesta] semana”, ele reiterou.

Reinvidicações

Questionado pela reportagem, Thales disse que a categoria está otimista de que o encontro, com uma proposta MGI para solucionar a greve da categoria, ocorrerá.

Porém, os sindicalistas ainda não têm certeza se as propostas que serão apresentadas pelo governo contemplarão o que os servidores reivindicam.

“A gente vai ter que sopesar a proposta que vier. Se ela atender àquilo que estamos pedindo, logicamente a situação está totalmente resolvida. E se eventualmente ela não vier a atender àquilo que nós estamos postulando, vamos ter que avaliar”, afirmou. “São

vários fatores a serem levados em consideração e não é a executiva nacional que vai decidir, mas a categoria vai ter que levar em consideração deliberar se aprova, ou não, o que vier”.

Outros pontos

Ele ainda disse que, para além do reajuste de 9% para este ano e 9,2% para o ano que vem, a categoria também tinha outros interesses, como situações de plano de saúde e o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), mas “talvez não haja tempo suficiente” para a categoria debater isso.

Contudo, ele reiterou que “um requisito mínimo é que, qualquer proposta que venha a ser apresentada pelo governo, tem que ter a condição de que, se a categoria aceitar, a proposta será encaminhada por emenda ao projeto de lei 1466 a ser aprovado até o início do próximo mês”.

Áudios de agente da PF complicam chances de anistia

Por Karoline Cavalcante

As declarações do policial federal Wladimir Soares, que admitiu a participação no planejamento para um golpe de Estado, tornam ainda mais frágeis a narrativa de que as manifestações de 8 de janeiro de 2023 foram motivadas apenas pelo desejo de “um país melhor”.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão destacou que, embora haja quem defenda a tese de “casos isolados”, as falas enfraquecem a pauta da anistia no Congresso Nacional — principal aposta política do campo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em perícia realizada pela Polícia Federal, foram encontrados áudios nos aparelhos eletrônicos do agente, que está preso preventivamente desde novembro do ano passado, acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que investiga a tentativa de golpe. Nas gravações, o policial afirma, em conversas, que o grupo armado do qual fazia parte tinha a intenção de manter Bolsonaro no poder, podendo, se necessário, “matar meio mundo de gente”.

Também revela que poderia prender e executar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e seus familiares. Em um dos trechos, chegou a defender que a cabeça do ministro da



Lula Marques/Agência Brasil

Agente: tudo dependia de autorização de Bolsonaro

Corte, Alexandre de Moraes, fosse cortada.

“Alexandre Moraes realmente tinha que ter tido a cabeça cortada quando ele impediu o presidente de colocar um diretor da Polícia Federal, né? O Ramagem. Tinha que ter cortado a cabeça dele era ali”, afirmou. “A gente estava preparado pra isso, inclusive. Pra ir prender o Alexandre Moraes. Eu ia estar na equipe. Ia botar pra f*der nesse filho da p*ta”, prosseguiu Soares.

Canetada

O agente descreveu que fazia parte de uma equipe de

operações especiais, treinada e armada para defender o então presidente. Segundo ele, o grupo estava pronto para “empurrar quem viesse à frente”, mas aguardava apenas a autorização de Bolsonaro, “uma canetada” para colocar o plano em prática. No entanto, o representante do Planalto à época recuou, devido à traição que sofreu “dentro do Exército”.

“Só que o presidente deu pra trás, porque na véspera que a gente ia agir, o presidente foi traído dentro do Exército. Os generais foram lá e deram a última forma e disseram que não iam mais apoiar ele”, diz. Para

Wladimir, isso aconteceu porque o Partido dos Trabalhadores — sigla do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva — teria “comprado” o apoio desses generais.

A perícia também identificou mensagens sobre o tema com outros integrantes da corporação. Em uma delas, o delegado Leo Garrido questiona: “Presidente vai dar para trás em quê?”. Soares respondeu: “Vai fugir”, mencionando também que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro já tinha ido com a família. Na conversa com o advogado Luciano Diniz, o agente diz que Moraes já tinha um mandato de prisão pronto contra o ex-presidente. Nada disso, porém, se confirmou de fato.

“Núcleo Três”

A Primeira Turma do STF marcou para terça (20) e quarta-feira (21) a análise da denúncia do chamado “Núcleo Três”. Este grupo é composto por 12 acusados de planejar “ações táticas” para efetivar a tentativa de golpe de Estado. Além de Wladimir, integram militares da ativa e da reserva.

Caso se confirme a veracidade dos áudios, o cientista político André Rosa avalia que, embora possa despertar a percepção de que existiu um plano para a realização do golpe, também tende a aliviar o fardo de Bolsonaro em relação aos atos, pois abre a via da “desistência”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Lula Marques/Agência Brasil

Presidente do PDT teve que deixar ministério

INSS: governo vai lavar as mãos em relação a Lupi

A prioridade do governo na CPMI do INSS será, claro, tentar jogar o grosso da culpa pelo escândalo nas costas do mandato de Jair Bolsonaro.

Mas o Planalto e parlamentares governistas já decidiram que não vão fazer qualquer esforço para aliviar eventuais responsabilidades do presidente do PDT, Carlos Lupi.

Ele foi constrangido a deixar o cargo de ministro

da Previdência dias depois da operação da Polícia Federal contra as fraudes.

A lavagem de mãos por parte está relacionada à decisão da bancada do PDT na Câmara de deixar a base governista quatro dias depois de Lupi entregar o posto.

O fato de o novo ministro, Wolney Queiroz, ser filiado ao partido e ter integrado a equipe do ex não impediu a tomada de posição.

Palanque

O Planalto acredita que o rompimento não impedirá que a grande maioria dos 17 deputados pedetistas continue a votar afinada com o governo. Mas não gostou nada da atitude, que deu mote para o ex-ministro Ciro Gomes fizesse novas críticas à gestão Lula.

Indicação

“O governo não vai agasalhar problemas” é a frase que circula entre governistas. A situação de Lupi tende a se complicar, já que ele assumiu a responsabilidade pela nomeação de Alessandro Stefanutto, afastado do cargo por ordem judicial e, logo depois, demitido.



Jefferson Rudy/Senado

Collor assinou lei que permitiu descontos

Consenso: CPMI vai espalhar lama para todos os lados

Governistas, oposicionistas e até a turma do Centrão — que ora vai para um lado, ora para outro — sabem que a CPMI tende a espalhar lama para todos os lados.

Um esquema de roubalheira tão simples, lucrativo e abrangente só ficou de pé por tanto tempo graças a parcerias com integrantes de diferentes

governos.

Vale lembrar que a autorização para que entidades fizessem descontos nos vencimentos de aposentados ocorreu em lei assinada por Fernando Collor de Mello, em 1991.

A fraude começou a crescer ainda no governo de Michel Temer e ganhou peso nos mandatos de Bolsonaro e Lula.

Ascensão

Como a coluna mostrou, de 11 entidades consideradas mais suspeitas, sete assinaram acordos com o governo durante o mandato de Bolsonaro. Dois deles foram firmados por José Carlos Oliveira, então diretor de benefícios do INSS, que, depois, virou ministro do Trabalho.

Irmãos

Primeiro-secretário da Câmara, Carlos Veras (PT-PE) é irmão de Aristides Veras Santos, ex-presidente e ex-secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), outra entidade suspeita de desviar dinheiro de aposentados.

Acordão

Deputados de vários partidos — de esquerda, do Centrão, do PSDB e do PR (hoje, PL) — fizeram acordo para retirar, de medida provisória enviada por Bolsonaro ao Congresso, artigo que determinava obrigatoriedade de revaliação anual de autorizações para descontos.

Vetos

A retirada acabou sendo feita pelo relator da MP, o então deputado bolsonarista Paulo Martins. E, como o Correio Bastidores mostrou, coube ao então presidente vetar artigos que impediam acesso de empresas e entidades conveniadas ao INSS a aposentados.